

A INCLUSÃO ESCOLAR DE UM ALUNO AUTISTA NO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS EM SALA DE AULA REGULAR.

Ester Gabriela da Silva Dantas ¹

Leonice da Silva Freitas ²

RESUMO

A inclusão de alunos autistas é um desafio recorrente para professores nas salas de aula regulares. Com o crescente número de diagnósticos, a educação inclusiva é a chave para que o direito à aprendizagem seja garantido a todos os discentes. Para isso, este estudo tem como objetivo apresentar os desafios e resultados de um aluno autista matriculado no 2º ano do ciclo de alfabetização na Escola Manoel Delmiro Ferreira, Sossêgo, PB. A pesquisa, de abordagem qualitativa, foi realizada pela professora da turma durante o período letivo de 2024. Os dados se deram através de observações, avaliações processuais e vivências no cotidiano escolar. Mediante o exposto, concluiu-se que o uso de jogos educativos, metodologias ativas, materiais concretos e recursos lúdicos possibilitou ao aluno progredir na leitura e escrita e compreender o letramento matemático. Além disso, essas metodologias também contribuíram para estimular a socialização e construção de vínculos afetivos, a autonomia, autoestima, senso de pertencimento e de responsabilidade. Para respaldar a pesquisa, baseou-se em documentos legais e nos princípios que norteiam a prática inclusiva, bem como em autores que abordam teorias da aprendizagem e desenvolvimento, ambiente e mediação, importância da parceria entre família e escola, como Vygotsky, Gardner e Bronfenbrenner. Portanto, é fundamental que a inclusão esteja paralela à integração do indivíduo dentro do ambiente escolar, de forma que este desenvolva-se não apenas em seu aspecto puramente acadêmico, mas em sua totalidade, abrangendo dimensões sociais, emocionais e pessoais

Palavras-chave: Inclusão, Alfabetização, Educação Especial, Transtornos De Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é um dos maiores avanços da sociedade contemporânea, representando a materialização do direito de todos à aprendizagem, sem discriminação e com respeito às diferenças. A escola, enquanto espaço formativo e socializador, tem o papel de acolher as singularidades de cada sujeito e garantir que todos possam desenvolver suas potencialidades cognitivas, sociais e emocionais.

Nesse contexto, a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem se tornado um desafio recorrente para professores da educação básica, especialmente nas etapas iniciais, como o ciclo de alfabetização. O conceito de inclusão ultrapassa a simples presença física do aluno com deficiência em sala de

¹ Professora da EMEF Manoel Delmiro Ferreira- Sossêgo- PB estergabrielasd@gmail.com

² Professora da EMEF Manoel Delmiro Ferreira- Sossêgo- PB leonicesilvaf@gmail.com;

aula, exigindo uma transformação cultural e pedagógica que envolva a reorganização das práticas, o uso de metodologias diversificadas e o fortalecimento do vínculo entre escola, família e comunidade.

Conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a escola inclusiva é aquela que reconhece e valoriza as diferenças humanas, garantindo igualdade de oportunidades e acesso ao conhecimento.

Do ponto de vista teórico, o processo de aprendizagem e desenvolvimento humano pode ser compreendido a partir de diferentes abordagens. Para Vygotsky (1998), o desenvolvimento ocorre por meio da interação social, da linguagem e da mediação do outro, o que destaca o papel fundamental do professor e do ambiente escolar na formação do sujeito. Já Gardner (1995), ao propor a Teoria das Inteligências Múltiplas, afirma que cada indivíduo possui diferentes modos de aprender e expressar seus saberes, reforçando a necessidade de diversificar as estratégias pedagógicas. Por sua vez, Bronfenbrenner (1996) aponta que o desenvolvimento da criança está profundamente ligado ao ambiente em que vive, sendo influenciado por fatores familiares, escolares e comunitários.

A presente pesquisa surgiu da prática pedagógica da professora regente de uma turma do 2º ano do ciclo de alfabetização da Escola Manoel Delmiro Ferreira, no município de Sossêgo, PB, durante o ano letivo de 2024. Observando a presença de um aluno diagnosticado com TEA, foi possível identificar tanto os desafios enfrentados quanto as potencialidades que emergem quando se adotam práticas inclusivas. Assim, o trabalho busca compreender as estratégias pedagógicas que contribuíram para o avanço cognitivo e socioemocional do aluno autista, bem como os fatores que favoreceram a efetivação da inclusão no ambiente escolar.

A relevância deste estudo está na importância social e educacional da temática, uma vez que a inclusão é um princípio que ultrapassa a legislação e se concretiza no cotidiano da escola. Refletir sobre práticas reais, testadas e avaliadas, permite compreender o processo e, ao mesmo tempo, apontar caminhos possíveis para uma docência mais sensível, criativa e transformadora.

O estudo adota uma abordagem qualitativa e descritiva, baseada em observações diretas, registros processuais e vivências cotidianas da prática docente.

Fundamenta-se em autores clássicos da psicologia da aprendizagem e da educação inclusiva, articulando teoria e prática para a compreensão do fenômeno estudado.

Os resultados obtidos indicam que o uso de metodologias ativas, jogos educativos, materiais concretos e recursos lúdicos promoveu avanços significativos no desempenho escolar e na socialização do aluno. A experiência reforça que a inclusão efetiva requer planejamento intencional, mediação constante e vínculo afetivo entre professor e estudante, demonstrando que a prática pedagógica inclusiva é capaz de transformar realidades e fortalecer o princípio da educação para todos.

METODOLOGIA

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e aplicado, fundamentando-se na observação direta da prática pedagógica e na análise reflexiva da experiência docente. A investigação buscou compreender o fenômeno da inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) a partir de uma vivência concreta em sala de aula, valorizando a articulação entre teoria e prática como caminho para o aprimoramento das práticas inclusivas.

O cenário da pesquisa foi a Escola Municipal Manoel Delmiro Ferreira, situada na zona urbana do município de Sossêgo, Paraíba. O sujeito principal do estudo foi um aluno de sete anos, matriculado no 2º ano do ciclo de alfabetização e diagnosticado com TEA. A turma era composta por 18 alunos, e as observações foram realizadas ao longo de todo o ano letivo de 2024, permitindo acompanhar o processo de aprendizagem em diferentes etapas.

A coleta de dados ocorreu por meio de observações sistemáticas, anotações em diário de bordo, relatos descritivos, avaliações processuais e diálogos informais com a família. Esses registros possibilitaram compreender a evolução do estudante, identificar suas principais dificuldades e reconhecer as estratégias pedagógicas que mais favoreceram seu desenvolvimento.

As atividades pedagógicas foram elaboradas com base em metodologias ativas e no uso de recursos adaptados, priorizando o aprendizado pela ludicidade, pela experimentação e pela interação social. Foram desenvolvidos jogos educativos voltados à leitura e à escrita, atividades com materiais concretos, dinâmicas coletivas para estimular a socialização, contação de histórias ilustradas e músicas

com gestos, além da utilização de pictogramas e imagens para facilitar a compreensão das instruções.

A análise dos dados foi conduzida de forma interpretativa, considerando os avanços do aluno nos aspectos cognitivo, social e emocional. As observações foram organizadas em categorias temáticas, possibilitando a discussão dos resultados à luz dos referenciais teóricos da psicologia da aprendizagem e da educação inclusiva, de modo a construir reflexões consistentes sobre a prática docente e suas implicações para a efetivação de uma escola verdadeiramente inclusiva.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação inclusiva representa uma das principais conquistas sociais no campo educacional brasileiro. Ela parte do reconhecimento de que todas as pessoas têm direito à educação e que a escola deve ser capaz de acolher e valorizar as diferenças humanas. Esse princípio está garantido na Constituição Federal de 1988, que, em seu artigo 205, estabelece que “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade” (BRASIL, 1988).

Com base nesse fundamento, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) reafirma, em seu artigo 58, que a educação especial é uma modalidade que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades da educação, devendo ser ofertada preferencialmente na rede regular de ensino. A LDB, ao prever a inclusão como princípio estruturante, rompe com antigas práticas de segregação e reforça a necessidade de garantir igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI, 2008) aprofunda essa concepção, ao propor uma escola capaz de eliminar barreiras atitudinais, arquitetônicas e pedagógicas, assegurando o acesso ao currículo comum com os apoios necessários. O documento destaca que a inclusão “pressupõe o reconhecimento e a valorização da diversidade, garantindo a todos o direito à educação de qualidade” (BRASIL, 2008, p. 5). Assim, o conceito de inclusão é compreendido não apenas como uma medida de inserção física, mas como um processo de transformação da escola e das práticas docentes.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) reforça esse compromisso ao assegurar que a pessoa com deficiência tem direito à educação em igualdade de condições com as demais pessoas, vedada qualquer forma de discriminação. O artigo 27 da referida lei determina que os sistemas educacionais devem adotar medidas individualizadas e ajustes razoáveis para atender às especificidades dos alunos. Esse marco legal consolida o princípio de que a escola deve ser um espaço democrático e acessível, no qual todos possam aprender e se desenvolver.

No caso específico do aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA), a inclusão escolar exige compreensão sobre as particularidades do funcionamento cognitivo e social desses estudantes. O autismo é caracterizado por desafios na comunicação, na interação social e por padrões restritos ou repetitivos de comportamento. Entretanto, cada indivíduo apresenta um conjunto único de habilidades e limitações, o que demanda uma prática pedagógica personalizada e flexível.

Sob a ótica de Vygotsky (1998), o processo de aprendizagem é essencialmente social e mediado. O autor afirma que “aquilo que hoje está na zona de desenvolvimento proximal será, amanhã, o nível de desenvolvimento real” (VYGOTSKY, 1998, p. 97). Essa perspectiva enfatiza que o aprendizado ocorre na interação com o outro e que o papel do professor é atuar como mediador entre o aluno e o conhecimento. No contexto da inclusão, esse conceito é fundamental, pois mostra que, mesmo diante de limitações, o aluno autista pode avançar significativamente quando recebe o suporte pedagógico adequado e quando o ambiente escolar oferece condições para a mediação e a colaboração entre pares.

Complementando essa visão, Bronfenbrenner (1996), ao propor o modelo bioecológico do desenvolvimento humano, destaca que o crescimento e o aprendizado da criança resultam da interação entre ela e os múltiplos contextos que a cercam: família, escola, comunidade e sociedade. O autor explica que o desenvolvimento é um processo dinâmico, no qual as experiências diárias moldam o comportamento e as competências do indivíduo. Assim, para o aluno autista, a parceria entre escola e família é determinante para o sucesso da inclusão. Quando há diálogo e corresponsabilidade, os avanços cognitivos e socioemocionais tornam-se mais expressivos.

Já Howard Gardner (1995), com sua Teoria das Inteligências Múltiplas, contribui para uma compreensão mais ampla do potencial de aprendizagem dos alunos com TEA. Para o autor, a inteligência não é uma capacidade única, mas um conjunto de competências diferenciadas, como a inteligência linguística, lógico-matemática, espacial, musical, corporal-cinestésica, interpessoal e intrapessoal. Gardner (1995) defende que cada pessoa aprende de forma particular, e que o papel do educador é identificar e estimular as formas de inteligência predominantes em cada aluno. No caso da criança autista, essa perspectiva amplia as possibilidades de ensino, permitindo o uso de linguagens variadas, visuais, musicais, táteis ou corporais, como caminhos para o aprendizado.

Essas teorias convergem ao apontar que a aprendizagem é um processo ativo, relacional e contextualizado, e que a inclusão requer metodologias diversificadas, sensíveis às necessidades individuais. No ambiente do ciclo de alfabetização, essas ideias se traduzem em práticas que privilegiam o uso de materiais concretos, jogos educativos, recursos visuais, atividades colaborativas e experiências significativas. Tais estratégias dialogam com o princípio da ludicidade e com o conceito de mediação, tornando o processo de alfabetização mais acessível e prazeroso para o aluno autista.

A literatura educacional contemporânea também enfatiza o papel do professor como agente de transformação. O educador precisa compreender que incluir não é apenas adaptar atividades, mas repensar o próprio modo de ensinar. Isso implica planejar com intencionalidade, avaliar com sensibilidade e acreditar nas potencialidades de cada aluno. Conforme assinala Vygotsky (1998), “o que a criança é capaz de fazer hoje com o auxílio do adulto, será capaz de realizar sozinha amanhã” (p. 112). Essa afirmação reforça a importância da mediação pedagógica contínua e da confiança nas capacidades do aluno.

Portanto, a base teórica da inclusão de alunos com TEA no ciclo de alfabetização está ancorada em uma concepção de educação humanizadora e interativa, na qual o conhecimento é construído em conjunto e o desenvolvimento ocorre pela cooperação. A efetivação desse processo depende do compromisso da escola com a diversidade, da atuação reflexiva do professor e do envolvimento da família, em consonância com os princípios legais e os fundamentos da psicologia histórico-cultural e da pedagogia inclusiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A experiência desenvolvida ao longo do ano letivo evidenciou que a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) requer um olhar atento às particularidades de cada estudante e um planejamento flexível que respeite seus ritmos e formas de aprender.

Atendendo às recomendações do neuropediatra, as atividades foram organizadas em períodos mais curtos, de modo a evitar a perda de foco e a sobrecarga cognitiva. Essa adaptação contribuiu significativamente para a permanência do aluno nas tarefas, favorecendo o engajamento e a participação ativa nas atividades propostas.

As observações também revelaram o interesse do estudante por embalagens vazias, o que constituiu uma valiosa oportunidade pedagógica. A partir desse elemento do cotidiano, foram elaboradas atividades interdisciplinares que contemplaram conteúdos de ciências, língua portuguesa e matemática, como sistema monetário, medidas de massa e situações de compra e venda, por meio da simulação de um “mercadinho escolar”. Essas práticas despertaram o interesse do aluno, estimularam a interação com os colegas e possibilitaram o desenvolvimento do raciocínio lógico, da comunicação e da autonomia.

Além dos aspectos cognitivos, notou-se avanço expressivo nas dimensões social e emocional do aluno. O convívio com os colegas e a mediação constante da professora possibilitaram uma ampliação das interações e uma maior segurança para participar de momentos coletivos, como rodas de conversa, jogos e atividades em grupo. O uso de recursos visuais, musicais e lúdicos mostrou-se essencial para favorecer a compreensão das instruções e ampliar a atenção, confirmando que a aprendizagem significativa se constrói pela combinação entre afeto, estímulo e mediação.

O progresso observado ao longo do processo reforça a importância das metodologias ativas e das adaptações pedagógicas para a efetivação da inclusão. A aprendizagem ocorreu de forma gradual, mas constante, culminando em resultados concretos, como a consolidação das primeiras habilidades de leitura e escrita e o reconhecimento de que o aluno encerrou o ano letivo como leitor iniciante, conforme avaliação realizada pela plataforma do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência relatada neste estudo evidencia que a inclusão escolar de alunos com TEA é possível e frutífera quando o trabalho docente é pautado na observação sensível, na intencionalidade pedagógica e na valorização das potencialidades individuais. O planejamento flexível, a diversificação dos recursos e a criação de vínculos afetivos mostraram-se fundamentais para o avanço do aluno em diferentes dimensões do desenvolvimento.

Os resultados demonstraram que práticas simples, porém intencionais, como adaptar a duração das atividades e explorar interesses específicos do aluno, podem gerar impactos significativos na aprendizagem e na socialização. O uso de recursos didáticos a partir de embalagens recicláveis, por exemplo, transformou-se em uma poderosa estratégia de ensino, capaz de integrar ludicidade, interdisciplinaridade e construção de sentido.

Constatou-se, ainda, que a parceria entre escola, família e profissionais da saúde potencializa o processo inclusivo, permitindo compreender melhor as necessidades do estudante e ajustar o percurso pedagógico.

O fato de o aluno ter concluído o ano como leitor iniciante representa não apenas um indicador de aprendizagem, mas também uma evidência concreta de que a inclusão, quando praticada de forma comprometida, é capaz de promover avanços reais e fortalecer o ideal de uma educação que acolhe e transforma.

Assim, reafirma-se que a educação inclusiva não se limita a garantir o acesso à escola, mas implica a construção diária de práticas pedagógicas que reconhecem as singularidades, valorizam as diferenças e promovem o desenvolvimento integral de todos os sujeitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.



BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). Brasília, DF: Ministério da Educação, 1996.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2008.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

GARDNER, H. **Inteligências múltiplas: a teoria na prática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.